

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	15
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	52

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
Total	7.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	19.634	19.033
1.01	Ativo Circulante	2	2
1.01.06	Tributos a Recuperar	2	2
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2	2
1.02	Ativo Não Circulante	19.632	19.031
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.632	19.031
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.855	13.254
1.02.01.10.03	Outros Ativos	13.854	13.253
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	19.634	19.033
2.01	Passivo Circulante	1.366	1.418
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	160	156
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	160	156
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	160	156
2.01.02	Fornecedores	268	264
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	268	264
2.01.03	Obrigações Fiscais	35	45
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35	45
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7	16
2.01.03.01.03	Parcelamentos	28	29
2.01.05	Outras Obrigações	903	953
2.01.05.02	Outros	903	953
2.02	Passivo Não Circulante	363.833	361.442
2.02.02	Outras Obrigações	30.699	28.934
2.02.02.02	Outros	30.699	28.934
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	30.497	28.727
2.02.02.02.06	Parcelamentos	202	207
2.02.04	Provisões	333.134	332.508
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	754	700
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	754	700
2.02.04.02	Outras Provisões	332.380	331.808
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	332.380	331.808
2.03	Patrimônio Líquido	-345.565	-343.827
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	4.557	3.793
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	4.557	3.793
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-510.853	-503.787
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	37.452	37.581
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	3.171	-1.522

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.859	8.630
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-179	-140
3.04.02.01	De Administração	-179	-140
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	638	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-53	-49
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.265	8.819
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.859	8.630
3.06	Resultado Financeiro	-1.572	-1.060
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.572	-1.060
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.431	7.570
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.431	7.570
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.431	7.570
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,90576	1,06618
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,90576	1,06618

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.431	7.570
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.171	-56
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.260	7.514

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.770	-1.310
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.125	-1.302
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-6.431	7.570
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.265	-8.819
6.01.01.03	Provisão / Reversão para Contingência	54	49
6.01.01.04	Ajuste a valor presente	37	-102
6.01.01.05	Provisão / Reversão de encargos legais	-50	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-645	-7
6.01.02.01	Fornecedores	4	0
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-15	-8
6.01.02.03	Outros Ativos	-638	1
6.01.02.04	Salários e encargos sociais a pagar	4	0
6.01.03	Outros	0	-1
6.01.03.01	Depósitos Judiciais	0	-1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.770	1.310
6.03.02	Variação em Partes Relacionadas	1.770	1.310

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	3.793	-503.787	36.059	-343.827
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	3.793	-503.787	36.059	-343.827
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.431	4.693	-1.738
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.431	0	-6.431
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.693	4.693
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.693	4.693
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	764	-635	-129	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	764	-764	0	0
5.06.04	Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	129	-129	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	4.557	-510.853	40.623	-345.565

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	1.517	41.397	-539.101	740	-375.339
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	1.517	41.397	-539.101	740	-375.339
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-934	6.772	798	6.636
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.570	0	7.570
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-934	-798	798	-934
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	-934	-798	798	-934
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	524	0	-388	0	136
5.06.01	Constituição de Reservas	0	524	0	0	0	524
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-388	0	-388
5.07	Saldos Finais	120.108	2.041	40.463	-532.717	1.538	-368.567

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-146	-128
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-146	-128
7.03	Valor Adicionado Bruto	-146	-128
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-146	-128
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-4.638	8.819
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.265	8.819
7.06.03	Outros	627	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-4.784	8.691
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-4.784	8.691
7.08.01	Pessoal	84	36
7.08.01.01	Remuneração Direta	76	36
7.08.01.02	Benefícios	8	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1	25
7.08.02.01	Federais	1	25
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.562	1.060
7.08.03.01	Juros	1.562	1.060
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.431	7.570
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.431	7.570

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	269.626	266.931
1.01	Ativo Circulante	128.620	127.597
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	225	859
1.01.03	Contas a Receber	104.269	104.024
1.01.03.01	Clientes	103.158	102.721
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.111	1.303
1.01.04	Estoques	14.063	12.489
1.01.04.01	Estoques	13.487	12.306
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	576	183
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.063	10.225
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.063	10.225
1.02	Ativo Não Circulante	141.006	139.334
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.904	23.320
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	77	54
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	77	54
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	23.827	23.266
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	295	331
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	6.305	6.322
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	17.227	16.613
1.02.02	Investimentos	25.878	25.878
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	25.878	25.878
1.02.03	Imobilizado	90.888	89.787
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	90.888	89.787
1.02.04	Intangível	336	349
1.02.04.01	Intangíveis	336	349
1.02.04.01.02	Intangível	336	349

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	269.626	266.931
2.01	Passivo Circulante	519.443	513.416
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.921	13.820
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.921	13.820
2.01.02	Fornecedores	14.558	13.386
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.558	13.386
2.01.02.01.01	Fornecedores	14.558	13.386
2.01.03	Obrigações Fiscais	474.257	471.237
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	474.257	471.237
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	464.807	461.299
2.01.03.01.03	Imposto Diferido	1.967	2.552
2.01.03.01.04	Parcelamentos	7.483	7.386
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	424	107
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	424	107
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	424	107
2.01.05	Outras Obrigações	15.283	14.866
2.01.05.02	Outros	15.283	14.866
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	11.416	11.566
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	3.867	3.300
2.02	Passivo Não Circulante	96.085	97.676
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	223	250
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	223	250
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	223	250
2.02.02	Outras Obrigações	61.069	62.327
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	33.038	32.902
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	33.038	32.902
2.02.02.02	Outros	28.031	29.425
2.02.02.02.07	Parcelamentos	28.031	29.425
2.02.03	Tributos Diferidos	17.249	17.386
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.249	17.386
2.02.04	Provisões	17.544	17.713
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.544	17.713
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	17.544	17.713
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-345.902	-344.161
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	4.557	3.793
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	4.557	3.793
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-510.853	-503.787
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	37.452	37.581
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	3.171	-1.522
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-337	-334

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	82.221	73.680
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-60.786	-54.938
3.03	Resultado Bruto	21.435	18.742
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.425	-9.551
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.672	-4.941
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.944	-2.547
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.854	992
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.663	-3.055
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.010	9.191
3.06	Resultado Financeiro	-17.401	496
3.06.01	Receitas Financeiras	282	4.582
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.683	-4.086
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.391	9.687
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.043	-2.107
3.08.01	Corrente	-1.765	-2.177
3.08.02	Diferido	722	70
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.434	7.580
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-6.434	7.580
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-6.431	7.570
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3	10
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,90618	1,06759
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,90618	1,06759

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-6.434	7.580
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.171	-56
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-3.263	7.524
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.260	7.514
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-3	10

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.779	11.736
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.611	12.555
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-6.728	7.570
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.702	1.596
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingências	1.462	1.780
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	22	1.553
6.01.01.05	Participação de Minoritários	-3	10
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	20	0
6.01.01.07	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado Intangível	6	5
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-722	-141
6.01.01.09	Atualização de Passivos Tributários	5.167	1.082
6.01.01.10	Ajuste a Valor Presente	37	-102
6.01.01.11	Ajuste Trava Cambial	4.698	-798
6.01.01.12	Provisão / Reversão encargos legais	-50	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.832	-819
6.01.02.01	Clientes	-459	3.461
6.01.02.02	Estoques	-1.181	-951
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	-393	126
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	198	-192
6.01.02.05	Outras Contas a Receber	-459	-463
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	17	-169
6.01.02.07	Fornecedores	1.172	375
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.658	-55
6.01.02.09	Salários a Pagar e Provisões	1.101	773
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	-150	-3.892
6.01.02.11	Provisão p/ Contingências	-1.631	-203
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	611	371
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.796	-1.098
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-2.790	-1.089
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-6	-9
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	383	246
6.03.01	Partes Relacionadas	113	110
6.03.02	Variação Empréstimos e Financiamentos	270	136
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-634	10.884
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	859	137
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	225	11.021

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	3.793	-503.787	36.059	-343.827	-334	-344.161
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	3.793	-503.787	36.059	-343.827	-334	-344.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.431	4.693	-1.738	-3	-1.741
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.431	0	-6.431	-3	-6.434
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.693	4.693	0	4.693
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.693	4.693	0	4.693
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	764	-635	-129	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	764	-764	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	129	-129	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	4.557	-510.853	40.623	-345.565	-337	-345.902

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	1.517	41.397	-539.101	740	-375.339	-370	-375.709
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	1.517	41.397	-539.101	740	-375.339	-370	-375.709
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-934	6.772	798	6.636	9	6.781
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.570	0	7.570	9	7.579
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-934	-798	798	-934	0	-798
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	-934	-798	798	-934	0	-798
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	524	0	-388	0	136	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	524	0	0	0	524	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-388	0	-388	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	2.041	40.463	-532.717	1.538	-368.567	-361	-368.928

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	89.809	78.002
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	88.873	78.882
7.01.02	Outras Receitas	958	673
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-22	-1.553
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-42.086	-35.061
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-36.132	-29.985
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.954	-5.076
7.03	Valor Adicionado Bruto	47.723	42.941
7.04	Retenções	-1.702	-1.596
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.702	-1.596
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	46.021	41.345
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-8.778	4.187
7.06.02	Receitas Financeiras	-9.659	3.867
7.06.03	Outros	881	320
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	37.243	45.532
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	37.243	45.532
7.08.01	Pessoal	28.073	27.311
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.018	22.324
7.08.01.02	Benefícios	3.754	3.521
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.301	1.466
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.872	7.270
7.08.02.01	Federais	3.369	3.798
7.08.02.02	Estaduais	4.503	3.472
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.732	3.371
7.08.03.01	Juros	7.732	3.371
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.434	7.580
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.431	7.570
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-3	10

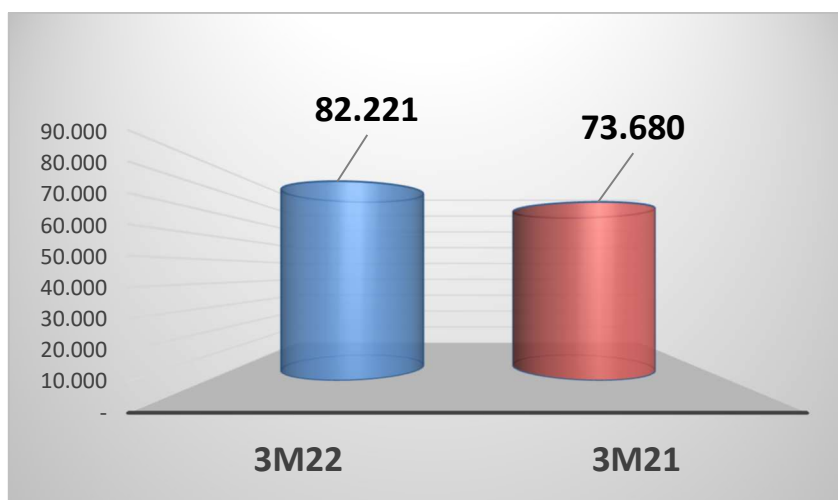
Comentário do Desempenho



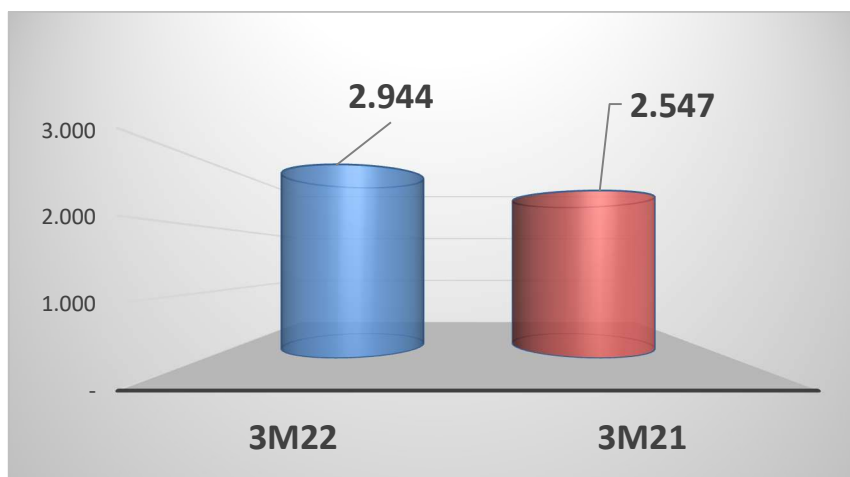
COMENTARIO DO DESEMPENHO DO TRIMESTRE

Receita Operacional Líquida

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 82.221 no período de três meses findo em 31 de março de 2022, e de R\$ 73.680 no período de três meses findo em 31 de março de 2021. O aumento em torno de 12% na receita líquida da Companhia está associado diretamente ao incremento da industrialização dos produtos.



Despesas gerais e administrativas



Ao passo que a Companhia apresenta um aumento de sua receita líquida, as despesas gerais e administrativas consolidadas também apresentaram um aumento de aproximadamente 16%,

Comentário do Desempenho



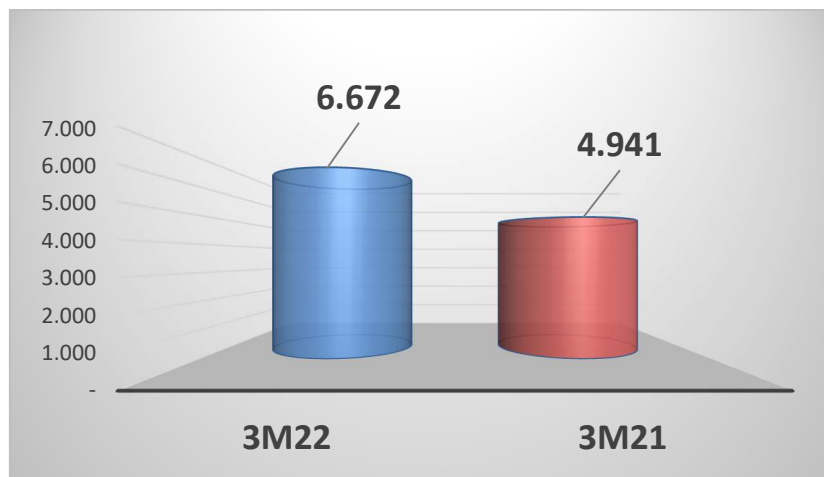
totalizando R\$ 2.944 para o período de três meses findo em 31 de março de 2022, e R\$ 2.547 para o período de três meses findo em 31 de março de 2021.

Despesas com vendas

No período de três meses findo em 31 de março de 2022 as despesas com vendas totalizaram R\$ 6.672, sendo que no período de três meses findo em 31 de março de 2021 ficou em R\$ 4.941, equivalentes a 8,11 % e 6,71 % respectivamente da receita operacional líquida.

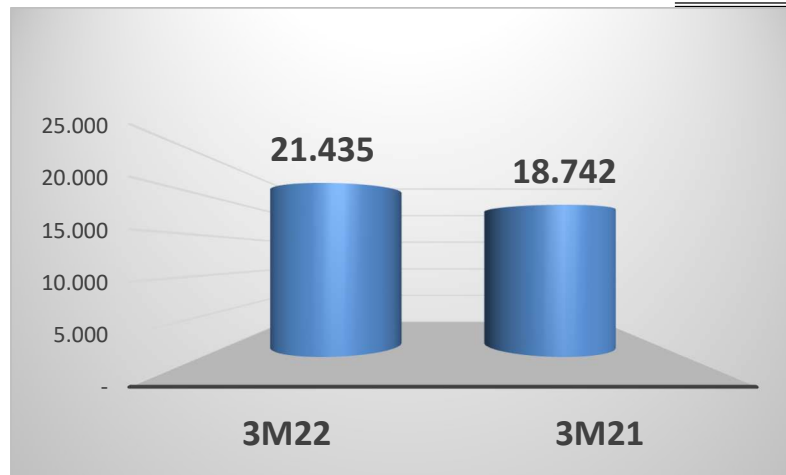
Os principais motivos que ocasionaram a elevação de despesas de vendas em 2022, quando comparadas com as despesas de vendas de 2021, referem-se:

- (i) Aumento de preço sobre fretes rodoviários, fretes marítimos e custos aduaneiros, todos estes condicionados e atrelados a cotação do dólar e escassez de disponibilidade de containers, o que é de fundamental importância para viabilização das vendas junto ao Mercado Externo;



Lucro bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$ 21.435 no período de três meses findo em 31 de março de 2022, equivalente a 26,07% da receita operacional líquida. No mesmo período em 2021 alcançou R\$ 18.742 equivalente a 25,44% da receita operacional líquida.

Comentário do Desempenho**EBITDA / LAJIDA**

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização).

	31/03/22	31/03/21
Lucro líquido do período	(6.434)	7.580
(+) Impostos	1.043	2.107
(+) Resultado financeiro	17.401	(496)
EBIT / LAJIR	12.010	9.191
(+) Depreciações e amortizações	1.702	1.596
EBITDA / LAJIDA	13.712	10.787
(+ / -) Eventos não recorrentes	-	-
EBITDA / LAJIDA - Ajustado	13.712	10.787
Receita Líquida	82.221	73.680
Relação % EBITDA ajustado	16,68%	14,64%

O EBIT ou LAJIR pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA ou LAJIDA pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Em relação a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Companhia informa que já instituiu política de privacidade, com opção para que os titulares dos dados possam realizar as solicitações desejadas, a referida política é disponibilizada no site da empresa (<https://www.minupar.com.br/lgpd>), e ressalta que está realizando as adequações necessárias, previstas na Lei 13.709/2019, o projeto está sendo executado em conjunto com empresa de consultoria especializada.

Comentário do Desempenho



Lajeado (RS), 11 de maio de 2022.

A Administração.

Notas Explicativas



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.
(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central, Ásia e Oceania.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 12, 13 e 14), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

1.3 - Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

	Período de Adesão	Controladora		Consolidado	
		Dívida Parcelada	Saldo em 31/03/2022	Dívida Parcelada	Saldo em 31/03/2022
Parcelamento - Lei 11.941/09	2009	67	23	67	23
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	497	207	84.340	16.377
Parcelamento - PERT	2017	-	-	47.276	9.588
	Total	564	230	131.683	25.988

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo. As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos.

Além da prestação de serviços, a Companhia se movimenta no sentido de revigorar sua marca nos mercados interno e externo, focando na operação de produção de embutidos e reafirmando a força da sua imagem junto aos consumidores.

O quadro de pessoas envolvidas em todo ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

Notas Explicativas



A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

1.4 - Covid-19

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia informa que diversas ações foram implantadas a partir de março de 2020, cujo objetivo central sempre foi a adequação as orientações indicadas pela OMS - Organização Mundial de Saúde, bem como a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores.

A Companhia informa que referente aos efeitos da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, incorreu em gastos adicionais, apurados a partir de abril de 2020, os quais, até Março de 2022 totalizam R\$ 5.449 mil, e estão relacionados a produtos de limpeza e higienização, acréscimo nos serviços de transportes à funcionários, adaptações estruturais nas instalações da empresa, como aumento dos espaços de lazer, enfermaria e refeições dos funcionários, compra de testes do COVID-19, doações a hospitais e vacinas de gripe.

No quadro a seguir são demonstrados os valores apurados relativos aos gastos adicionais incorridos por conta da COVID-19.

Natureza do Gasto	2020	2021	2022	Total
Transporte de funcionários	608	784	262	1.654
Testes covid	801	252	-	1.053
EPI's	916	376	20	1.312
Adequações estruturais	506	217	22	745
Auxílio creche	244	-	-	244
Doações	219	-	-	219
Materiais para alimentação	166	20	-	186
Outros	36	-	-	36
Total	3.496	1.649	304	5.449

Em relação a proteção e cuidados com a saúde de seus colaboradores, a Companhia procedeu de forma muito rigorosa desde o início da pandemia, realizando o afastamento de colaboradores classificados no grupo de risco, e chegou a ter, no período mais crítico da pandemia, aproximadamente 500 pessoas afastadas.

1.5 Análise dos efeitos da Covid-19 nas informações financeiras trimestrais

De acordo com as orientações contidas nos ofícios circulares da CVM/SNC 02/2020, 03/2020, 01/2021 e 01/2022, a Companhia informa que procedeu com a análise dos principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19 frente suas informações financeiras trimestrais, de modo que as principais análises são reportadas a seguir:

- (i) Continuidade operacional: Não foram identificados elementos que configurem risco de descontinuidade operacional.
- (ii) Contas a receber: Os saldos das contas a receber foram analisados, levando em consideração se os efeitos da Covid-19 indicam ajuste de perdas esperadas destas rubricas.
- (iii) Estoques: São avaliados pelo custo de aquisição líquido de impostos ou pelo efetivo valor de realização, desta análise não há nenhum elemento relacionado ao Covid-19 que indique qualquer ajuste nesta rubrica.
- (iv) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "impairment": A Companhia não identificou indicativos de impairment no período findo em 31 de março de 2022.

Notas Explicativas



1.6 Aprovação das Informações Financeiras Trimestrais

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as informações financeiras trimestrais devidamente revisadas pela empresa independente Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S., para apreciação e deliberação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, e no dia 11 de maio de 2022 as referidas informações financeiras trimestrais foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada.

2 - Base de elaboração e apresentação das informações financeiras trimestrais

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas do período findo em 31 de março de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Informações Financeiras Trimestrais

As informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de informações financeiras trimestrais (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Informações financeiras trimestrais individuais

As informações financeiras trimestrais individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As informações financeiras trimestrais da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as informações financeiras trimestrais consolidadas.

3.2 Consolidação

As informações financeiras trimestrais consolidadas compreendem as informações financeiras trimestrais da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Informações financeiras trimestrais consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas informações financeiras trimestrais de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações financeiras individuais

Notas Explicativas



preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Informações financeiras trimestrais individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das informações financeiras trimestrais

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas



Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);
- Propriedades para investimentos (nota 9.b)
- Imobilizado (nota 10)
- Intangível (nota 11)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

Notas Explicativas



3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

Notas Explicativas



3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as informações financeiras trimestrais. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das informações financeiras trimestrais. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM nº 564/08.

3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das informações financeiras trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas



O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das informações financeiras trimestrais pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.22 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras trimestrais conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
Caixa	-	-	4	4
Bancos - Conta Corrente	-	-	221	855
Total	-	-	225	859

5 - Contas a receber

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
Mercado interno	-	-	45.671	46.155
Mercado externo	-	-	57.602	61.357
Trava Cambial	-	-	3.174	(1.524)
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(3.289)	(3.267)
Total	-	-	103.158	102.721

Vencidos	31/03/22		31/12/21	
Até 30 dias	9.051	9%	10.024	10%
De 31 a 60 dias	307	0%	233	0%
De 61 a 90 dias	7	0%	10	0%
De 91 a 120 dias	-	0%	19	0%
De 121 a 150 dias	16	0%	11	0%
De 151 a 180 dias	9	0%	4	0%
Acima de 180 dias	3.289	3%	3.267	3%
Sub-total	12.679	12%	13.568	13%
À vencer				
Até 30 dias (a)	79.307	77%	83.568	81%
De 31 a 60 dias	14.461	14%	8.852	9%
Sub-total	93.768	91%	92.420	90%
Provisão para perda esperada	(3.289)	-3%	(3.267)	-3%
Total	103.158	100%	102.721	100%

(a) Parte do montante demonstrado no quadro acima como “títulos a vencer até 30 dias” refere-se à valores de câmbios já recebidos, porém não liquidados, essa quantia, em 31 de março de 2022 representa o montante de R\$ 53.427 (R\$ 56.379 em 31 de dezembro de 2021).

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
Produtos prontos	-	-	4.200	2.021
Produtos em elaboração	-	-	187	163
Matérias primas	-	-	1.897	2.173
Materiais de embalagem	-	-	2.377	2.749
Materiais de manutenção	-	-	4.826	4.907
Estoque em poder de terceiro	-	-	-	293
Total	-	-	13.487	12.306

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

7 - Impostos a recuperar

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
IRRF a recuperar	-	-	2	2
IRPJ e CSLL a recuperar	2	2	4	4
PIS e COFINS a recuperar	-	-	174	390
ICMS a recuperar	-	-	-	-
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	321	267
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS (a)	-	-	9.562	9.562
Circulante	2	2	10.063	10.225
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	295	331
Não Circulante	-	-	295	331

a) Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014, o qual já teve seu trânsito em julgado de decisão favorável aos interesses da empresa, e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014, o qual foi deferido, via medida liminar, a suspensão pela exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS e corroborado por meio de sentença.

A partir de junho de 2019, a Companhia se utiliza da decisão liminar relacionada ao Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, que suspendeu a exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS, e passou a efetuar a tributação de PIS e COFINS sobre as suas vendas já com a base de cálculo sem a incidência do ICMS.

Posteriormente, com base nas discussões judiciais da Companhia, bem como a decisão do STF no processo RE 574.706 com repercussão geral, onde ficou definido a inconstitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre o ICMS destacado em nota fiscal, a Companhia procedeu com o levantamento de informações e documentos para apuração dos créditos tributários, e após longo processo de revisão e conciliação, efetuou, em dezembro de 2021, o reconhecimento dos valores apurados, os quais totalizaram o montante de R\$ 9.562.

Em março de 2022, foi realizado o pedido de habilitação dos créditos, no valor de R\$ 3.187.565,74, o qual foi homologado no mês de abril de 2022, e utilizado para compensação de impostos correntes da Companhia.

8 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
Adiantamentos	-	-	53	172
Consórcios contemplados	-	-	1.004	964
Despesas antecipadas	-	-	54	167
Circulante	-	-	1.111	1.303
Agostinho Carrer Part. Ltda	13.854	13.253	13.854	13.253 (i)
Outros	-	-	3.373	3.360
Não Circulante	13.854	13.253	17.227	16.613

Notas Explicativas

(i) Em 04 de Outubro de 2019, Agostinho Carrer Participações S.A, Minupar Participações S.A. e sua controlada direta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial, o qual envolveu todos os processos objetos de litígio entre as partes (ação de execução de título extrajudicial, embargos à execução, ações de cobrança e carta precatória de avaliação de bens).

Em fevereiro de 2020 houve penhora no rosto dos autos, sendo expedida ordem para devedora depositar judicialmente o valor das parcelas, todavia, meses depois, devido aos impactos causados pela COVID-19, a empresa Agostinho Carrer Participações S.A. notificou que devido à crise do setor avícola iriam utilizar do prazo de carência previsto no contrato, suspendendo os pagamentos pelo período de 03 meses. Posteriormente, as partes transacionaram, mediante concessões mútuas e através de aditivo ao acordo, a suspensão parcial do pagamento das parcelas pelo período de 04 meses, ficando acordado a obrigação de depositar judicialmente o valor dos juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor.

Após longas negociações, e novos aditivos contratuais, as partes estipularam novos períodos de suspensão dos pagamentos, de forma que os pagamentos de forma integral serão retomados a partir de outubro de 2022.

De março de 2020 até março de 2022 foram realizados pagamentos de juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor, totalizando R\$ 4.522, sendo R\$ 638 reconhecido no resultado do período findo em 31 de março de 2022.

9 - Investimentos**a) Participações societárias**

Em 31/03/2022 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2021	(243.498)	(88.310)	(331.808)
+/- Equivalência Patrimonial	(3.862)	(1.403)	(5.265)
+/- Ajuste refl exo da trava cambial - NBC TG 48	3.442	1.251	4.693
Provisão para perda de investimento em 31/03/2022	(243.918)	(88.462)	(332.380)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	Consolidado			Consolidado		
	31/03/22			31/12/21		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(6.393)	18.105	24.498	(6.393)	18.105
Máquinas e equipamentos	11.390	(6.319)	5.071	11.390	(6.319)	5.071
Outros	315	(209)	106	315	(209)	106
(-) Impairment	(5.146)	-	(5.146)	(5.146)	-	(5.146)
Total	38.799	(12.921)	25.878	38.799	(12.921)	25.878

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de março de 2022 são contabilizados a valor de custo. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período findo em 31 de março de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Notas Explicativas

Grupo	Saldo em 31/12/21	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/03/22
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	18.105	-	-	-	-	18.105
Máquinas e equipamentos	5.071	-	-	-	-	5.071
Outros	106	-	-	-	-	106
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-	-	(5.146)
Total	25.878	-	-	-	-	25.878

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/03/22			31/12/21		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	75.798	(26.732)	49.066	74.324	(26.232)	48.092
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	66.750	(45.058)	21.692	66.388	(44.035)	22.353
Moveis e utensílios	8,33%	5.297	(3.783)	1.514	5.150	(3.728)	1.422
Computadores e periféricos	33,33%	2.738	(1.422)	1.316	2.681	(1.338)	1.343
Veículos	20,00%	891	(704)	187	891	(692)	199
Imobilizações em andamento	-	1.520	-	1.520	785	-	785
Outros	-	13	(13)	-	13	(13)	-
Total		168.600	(77.712)	90.888	165.825	(76.038)	89.787

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/21	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/03/22
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	48.092	89	-	(501)	1.386	49.066
Maquinas e equipamentos	22.353	39	(4)	(1.023)	327	21.692
Moveis e utensílios	1.422	152	(2)	(58)	-	1.514
Computadores e periféricos	1.343	34	-	(88)	27	1.316
Veículos	199	-	-	(12)	-	187
Imobilizações em andamento	785	2.475	-	-	(1.740)	1.520
Total	89.787	2.789	(6)	(1.682)	-	90.888

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período findo em 31 de março de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Notas Explicativas



Grupo	Taxas	31/03/22			31/12/21		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	687	(499)	188	679	(478)	201
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
Total		835	(499)	336	827	(478)	349

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em			Amort.	Transf.	Saldo em
	31/12/21	Adições	Baixas			31/03/22
Softwares	201	6	-	(19)	-	188
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	349	6	-	(19)	-	336

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período de 31 de março de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

12 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
Provisões de férias e 13º salário	-	-	9.170	7.718
Salários / Pró-labore a pagar	160	156	3.312	3.272
Rescisões a pagar	-	-	35	44
Outras obrigações a pagar	-	-	2.404	2.786
Total	160	156	14.921	13.820

13 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
INSS a recolher	6	12	260.866	258.171
FGTS a recolher	-	-	3.481	3.693
IRRF a recolher	-	3	149	458
IRPJ a recolher	-	-	98.861	98.206
CSLL a recolher	1	1	37.306	37.074
COFINS a recolher	-	-	47.646	47.152
PIS a recolher	-	-	10.165	10.059
Impostos Retidos	-	-	60	27
ICMS a recolher	-	-	1.546	1.791
Outros	-	-	4.727	4.668
Total	7	16	464.807	461.299

A Companhia realizou a equalização da dívida tributária, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança (PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil), no quadro abaixo demonstra-se os valores de forma segregada.

Notas Explicativas



	31/03/22			31/12/21		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.406	259.460	260.866	1.354	256.817	258.171
FGTS a recolher	492	2.989	3.481	735	2.958	3.693
IRRF a recolher	149	-	149	458	-	458
IRPJ a recolher	1.376	97.485	98.861	1.678	96.528	98.206
CSLL a recolher	478	36.828	37.306	621	36.453	37.074
COFINS a recolher	52	47.594	47.646	-	47.152	47.152
PIS a recolher	11	10.154	10.165	-	10.059	10.059
Impostos Retidos	60	-	60	27	-	27
ICMS a recolher	478	1.068	1.546	457	1.334	1.791
Outros	51	4.676	4.727	54	4.614	4.668
	4.553	460.254	464.807	5.384	455.915	461.299

14 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
PERT (a)	-	-	1.301	1.274
Lei 12.996/14 (b)	22	23	2.131	2.100
Lei 11.941/09	6	6	6	6
FGTS	-	-	711	711
ICMS	-	-	287	268
Ordinário	-	-	3.047	3.027
Circulante	28	29	7.483	7.386
PERT (a)	-	-	8.287	8.432
Lei 12.996/14 (b)	185	188	14.246	14.557
Lei 11.941/09	17	19	17	19
FGTS	-	-	5.017	5.141
ICMS	-	-	121	180
Ordinário	-	-	343	1.096
Não Circulante	202	207	28.031	29.425

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Notas Explicativas



Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2021	(15.916)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2021	2.137
Saldo remanescente em 31/12/2021	9.706
(+) Atualização Selic de Jan-22 até Mar-22	189
(-) Pagamentos efetuados de Jan-22 até Mar-22	(307)
Saldo remanescente em 31/03/2022	9.588
Circulante	1.301
Não circulante	8.287

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
	Demais Débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total			46.741	(9.349)	37.392	25.218	

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

(b) Lei nº 12.996/2014

Notas Explicativas



Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/03/22	(11.523)
Saldo remanescente em 31/03/2022	16.377
Circulante	2.131
Não circulante	14.246

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

15- Impostos diferidos

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2010 em virtude do reconhecimento do custo atribuído:

Notas Explicativas



Ativo ajustado	Custo Atribuído	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Obras Civis	33.592	8.398	3.023	11.421
Máquinas e equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Veículos	191	48	17	65
Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Total	66.966	16.743	6.027	22.770
Diferimento até 31/03/2022		(5.605)	(2.017)	(7.622)
(A) = Saldo em 31/12/2021		11.138	4.010	15.148

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2021 sobre as diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Créditos fiscais não compensados	5.343	1.336	481	1.817
Diferimento até 31/03/2022		(896)	(323)	(1.219)
(B) = Saldo em 31/03/2022		2.992	1.077	4.069
(A + B) = Saldo em 31/03/2022		14.130	5.087	19.217
Circulante		1.446	521	1.967
Não circulante		12.683	4.566	17.249
Consolidado				
	31/03/22	31/12/21		
IRPJ diferido	1.446	1.876		
CSLL diferido	521	676		
Circulante	1.967	2.552		
IRPJ diferido	12.683	12.784		
CSLL diferido	4.566	4.602		
Não circulante	17.249	17.386		

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, todavia, o montante estimado de imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa para 31 de março de 2022 é de R\$ 24.545 mil.

15.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Resultado antes do IR e CS	(6.431)	7.570	(5.391)	9.687
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(2.187)	2.574	(1.833)	3.294
Conciliação para despesa tributária efetiva				
Resultado de participações societárias	1.790	(2.998)	-	-
Ajuste a valor presente	(13)	35	(13)	35
Provisões de despesas	-	-	189	(171)
Contingências	(18)	(17)	(94)	503
Despesas indedutíveis	17	-	30	5
Diferença de depreciação	-	-	(404)	8
Variação Cambial	-	-	3.380	(1.076)
Ajustes de faturamento	-	-	531	88
Recuperação de despesas	-	-	-	(99)
Subvenções Governamentais	-	-	(260)	(178)
Outros	-	-	(298)	274
Diferenças temporárias	-	-	586	-
Compensação com PF e BN	-	-	(773)	(1.097)
Parcela isenta - adicional 10%	-	-	(6)	(6)
Provisão de Devedores Duvidosos	-	-	8	527
Despesa efetiva de IR e CSLL	(411)	(406)	1.043	2.107
IRPJ e CSLL - Diferido	-	-	722	70
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(1.765)	(2.177)
Alíquota de imposto efetiva	0%	0%	-19%	22%

16 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores das controladas diretas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 22 de abril de 2022 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 300 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- c) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- d) Minuano - em até R\$ 2.500 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração recebida no primeiro trimestre de 2022 em comparação com o mesmo período de 2021:

	31/03/22		31/03/21	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	54	54	18	18
Diretoria executiva	12	430	12	211

b) Operações com partes relacionadas

Notas Explicativas



Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Outros	-	-	77	54
Total	5.777	5.777	77	54
Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/12/21	31/03/22	31/12/21
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	10.113	11.498
Companhia Minuano	7.573	7.323	-	-
Acionistas e outros	22.924	21.404	22.925	21.404
Total	30.497	28.727	33.038	32.902

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros atribuídos nas operações entre partes relacionadas foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

17 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Consolidado				Consolidado		
31/03/22				31/12/21		
Natureza	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	11.586	(5.204)	6.382	11.673	(5.312)	6.361
Cível	5.798	(1.101)	4.697	5.624	(1.010)	4.614
Tributária	160	-	160	416	-	416
Total	17.544	(6.305)	11.239	17.713	(6.322)	11.391

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de março de 2022, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 104.413 (R\$ 99.477 em 31 de dezembro de 2021), destes, R\$ 96.267 (R\$ 91.404 em 31 de dezembro de 2021) são relativos à natureza cível e R\$ 8.146 (R\$ 8.073 em 31 de dezembro de 2021) são relativos à natureza trabalhista.

O principal processo que compõem o saldo de R\$ 96.267, refere-se a ação no montante de R\$ 77.442, cujo o tema foi motivo de divulgação de fato relevante em 05 de março de 2020, onde a Companhia divulgou que obteve decisão desfavorável em primeira instância no processo de natureza cível, nº 017/1.13.0002978-6, o qual se discute o pagamento dos honorários contratuais de sucesso quando da validação do crédito prêmio de IPI sobre exportações, o não pagamento destes honorários se deu pelas razões dos questionamentos e glosas feitos pela Receita Federal quando a Companhia utilizou os referidos créditos.

O processo supramencionado é relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia, e de acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos está classificado com o prognóstico de risco de perda “possível”, visto que todos os recursos legais não se esgotaram na esfera judicial, sendo factível a reversão da decisão em segunda instância, deste modo não há condições neste momento para determinar uma futura saída de recursos.

Notas Explicativas



Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 13 e 14.

18 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Devido a estrutura limitada de agrupamento de contas disponíveis no formulário de informações exigido pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia procedeu com a reclassificação dos valores correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial, os quais inicialmente estavam classificados na coluna de "Reserva de Lucros", e passaram a ser demonstrados na coluna de "Outros resultados abrangentes".

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O saldo acumulado em 31 de março de 2022 do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 4.557, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada "Reserva de Incentivos Fiscais".

Em 30 de setembro de 2021, o governo do estado do Rio Grande do Sul, emitiu os decretos, 56.116 e 56.117, os quais modificam a metodologia de cálculo do referido incentivo fiscal, e também altera o prazo de encerramento do referido benefício, inicialmente o prazo previsto para tomada do benefício seria até 31 de dezembro de 2021, todavia, pelos novos decretos, não há menção de prazo final, apenas indicação de um cronograma vinculado a apuração do benefício, limitando a quantificação do crédito através de coeficientes, conforme indicado no quadro abaixo:

ANO	Coeficiente FAF
2022	0,95
2023	0,90
A partir de 2024	0,85

e) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas



f) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

19 - Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, no quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos assegurados:

Local de Risco	Ativos Próprios	Ativos de Terceiros	Total
Sede Administrativa	4.650	-	4.650
Abatedouros	57.380	2.200	59.580
Fábrica de Embutidos	15.900	-	15.900
Fábrica de Rações	20.300	-	20.300
Incubatório	15.050	5.970	21.020
Central de Ovos	1.900	-	1.900
Granja - Produção de Ovos	6.970	-	6.970
Granja - Alojamento	12.747	2.771	15.518
Total	134.897	10.941	145.838

20 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 29% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31

Notas Explicativas

de março de 2022, que indica o montante de R\$ 64.022. Considerando o impacto de variação do dólar, conforme projeção estimada da taxa para 5,25, o montante de recebíveis vinculados à dólar seria de R\$ 67.441.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$	Efeito Trava	Valor Justo
Recebíveis com trava	5.493	5,3152	29.198	(3.174)	26.024
Recebíveis sem trava	6.667	4,7372	31.578	-	31.578
Total	12.160		60.776	(3.174)	57.602

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias:

	31/03/22	Selic estimada 13%
INSS a recolher	260.866	294.779
FGTS a recolher	3.481	3.934
IRRF a recolher	149	168
IRPJ a recolher	98.861	111.713
CSLL a recolher	37.306	42.156
COFINS a recolher	47.646	53.840
PIS a recolher	10.165	11.486
Impostos retidos	60	68
ICMS a recolher	1.546	1.747
Outros	4.727	5.342
Total	464.807	525.233

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2022, que foi de 13%.

21 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/03/22			31/03/21		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	64.579	24.540	89.119	57.631	21.298	78.929
(-) Impostos	(6.652)	-	(6.652)	(5.203)	-	(5.203)
(-) Devoluções	(99)	(147)	(246)	(46)	-	(46)
Receita líquida de produtos e serviços	57.828	24.393	82.221	52.382	21.298	73.680

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

22 - Custos operacionais

Notas Explicativas

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/03/21	31/03/22	31/03/21
Salários	-	-	15.908	15.918
Matérias primas	-	-	12.322	10.423
Encargos sociais	-	-	4.232	3.979
Energia elétrica	-	-	5.060	4.064
Manutenção Industrial	-	-	3.319	2.855
Benefícios a empregados	-	-	3.475	3.274
Depreciações	-	-	1.595	1.433
Férias e 13º salário	-	-	3.241	2.985
Serviço de terceiros	-	-	2.689	2.221
Materiais de embalagem	-	-	5.676	4.777
Combustíveis e lubrificantes	-	-	723	400
Locações/Aluguéis	-	-	616	613
Indenizações trabalhistas	-	-	20	8
Equipamento de proteção	-	-	686	867
Taxas e encargos legais	-	-	164	145
Análises laboratoriais	-	-	330	301
Frete rodoviários e marítimos	-	-	299	213
Outros gastos	-	-	431	462
Total	-	-	60.786	54.938

23 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/03/21	31/03/22	31/03/21
Salários	72	30	1.189	910
Serviço de terceiros	73	38	522	623
Encargos sociais	14	6	214	185
Benefícios a empregados	-	-	296	253
Depreciações	-	-	105	84
Férias e 13º salário	-	-	209	190
Manutenção predial	-	-	51	41
Viagens e estadias	-	3	8	9
Taxas e encargos regulatórios	1	25	35	63
Publicidade e propaganda	8	35	8	36
Energia elétrica	-	-	41	42
Outros gastos	11	3	266	111
Total	179	140	2.944	2.547

24 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/03/21	31/03/22	31/03/21
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	5.231	2.216
Custos aduaneiros	-	-	734	517
Salários	-	-	156	139
Serviço de terceiros	-	-	31	95
Publicidade e propaganda	-	-	82	104
Comissões sobre vendas	-	-	249	200
Provisões para perda	-	-	22	1.553
Encargos sociais	-	-	33	25
Telefonia	-	-	23	20
Análises laboratoriais	-	-	8	4
Férias e 13º salário	-	-	34	27
Depreciações	-	-	2	2
Outros gastos	-	-	67	39
Total	-	-	6.672	4.941

25 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/03/21	31/03/22	31/03/21
Recomposição de débitos fiscais	-	-	88	392
Despesas e provisões de processos judiciais (a)	53	49	1.398	2.301
Custo na alienação de ativos	-	-	6	6
Reversão de créditos tributários	-	-	49	36
Despesas fábricas inativas	-	-	67	131
Despesas Gerais	-	-	55	189
Total	53	49	1.663	3.055

- a) Os valores apresentados na rubrica de “despesas e provisões de processos judiciais” referem-se tanto a atualização de contingências passivas, bem como despesas relacionadas acordos judiciais promovidos pela Companhia, tanto de natureza cível quanto de natureza trabalhista.

26 - Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/03/21	31/03/22	31/03/21
Créditos Fiscais	-	-	-	71
Acordo Nova Araça (Agostinho Carrer)	638	-	638	-
Venda de sucata e lenha	-	-	30	36
Receita de aluguel	-	-	181	47
Subvenções Governamentais	-	-	764	524
Recuperação de Despesas	-	-	241	314
Total	638	-	1.854	992

27 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/03/21	31/03/22	31/03/21
Juros de atualização de dívidas tributárias (a)	14	1	4.783	1.000
Juros de operações com partes relacionadas (b)	1.520	1.161	2.295	2.270
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	4	3
Despesas/Tarifas Bancárias	1	-	55	43
Descontos financeiros concedidos	-	-	150	126
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	20	5
Variações cambiais passivas	-	-	9.941	714
Encargos legais (c)	-	-	398	27
Ajuste a Valor Presente	37	(102)	37	(102)
Total	1.572	1.060	17.683	4.086

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 16.

(c) Refere-se a atualização de encargos legais sobre dívidas tributárias.

28 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/22	31/03/21	31/03/22	31/03/21
Variações cambiais ativas	-	-	206	4.563
Descontos financeiros obtidos	-	-	18	13
Outras receitas financeiras	-	-	58	6
Total	-	-	282	4.582

29 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

Notas Explicativas



	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receita bruta	48.304	40.047	40.815	38.882	-	-	89.119	78.929
Impostos e devoluções	(6.386)	(4.765)	(512)	(484)	-	-	(6.898)	(5.249)
Receita líquida	41.918	35.282	40.303	38.398	-	-	82.221	73.680
Custos	(26.337)	(22.327)	(34.449)	(32.611)	-	-	(60.786)	(54.938)
Lucro bruto	15.581	12.955	5.854	5.787	-	-	21.435	18.742
Despesas administrativas	-	-	-	-	(2.944)	(2.547)	(2.944)	(2.547)
Despesas com vendas	(6.672)	(4.941)	-	-	-	-	(6.672)	(4.941)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(1.663)	(3.055)	(1.663)	(3.055)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	1.854	992	1.854	992
Resultado antes dos efeitos financeiros	8.909	8.014	5.854	5.787	(2.753)	(4.610)	12.010	9.191
Despesas financeiras	-	-	-	-	(17.683)	(4.086)	(17.683)	(4.086)
Receitas financeiras	-	-	-	-	282	4.582	282	4.582
Resultado antes dos tributos	8.909	8.014	5.854	5.787	(20.154)	(4.114)	(5.391)	9.687
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	722	70	722	70
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(1.765)	(2.177)	(1.765)	(2.177)
Resultado líquido do exercício	8.909	8.014	5.854	5.787	(21.197)	(6.221)	(6.434)	7.580
Atribuído a acionistas não controladores							(3)	10
Atribuído a acionistas controladores							(6.431)	7.570

30 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas, ocorrida no dia 03 de junho de 2016 o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/03/22	31/03/21
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (consolidado)	(6.434)	7.580
Resultado diluído por ação	(0,90618)	1,06759

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

31 - Outras informações

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2022, as controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A, elegeram a nova Diretoria para ambas empresas, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como Diretora Presidente, Sr. Tiago Silveira do Pinho como Diretor e Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge como Diretor. Na mesma data ocorreu a Assembleia Geral Ordinária da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, na qual foi eleita a seguinte composição para a Diretoria, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello, Sr. Tiago Silveira do Pinho e Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge, todos como Diretores.

Também em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2022, a Companhia elegeu seu Conselho de Administração, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, composto pelos Senhores: André Rafael

Notas Explicativas



de Oliveira, Francisco Asclépio Barroso Aguiar, Cynthia Christina da Silva Vello, Chao Em Hung e Margareth Schacht Herrmann. Também instalou o Conselho Fiscal, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, composto pelos Senhores: Celso Cândido Filho, Henrique Barcelos Ercoli e Maria Elvira Lopes Gimenez como Conselheiros Efetivos, e seus suplentes, respectivamente, Amanda Lopes Gimenez Masseu, Maria Aparecida Gomes Siqueira e Murici dos Santos.

No dia 28 de abril de 2022 foi realizada a primeira Reunião do novo Conselho de Administração, o qual tomou posse e nomeou os membros para Diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo reconduzidos aos cargos os Senhores Tiago Silveira do Pinho, como diretor presidente, e Fernando Ataíde Silva Jorge, como Diretor de Relação com Investidores.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Conselho e Acionistas da
MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Lajeado / RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

1. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento

Conforme divulgado na nota explicativa nº 14, a Companhia e sua controlada indireta, possuem parcelamentos de débitos fiscais previstos na Lei 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.496/17 (PERT) e parcelamentos ordinários na controlada indireta, esses valores que se encontravam no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os quais possuem saldo remanescente R\$ 35.514 mil consolidado em 31 de março de 2022. A manutenção nos parcelamentos requer que os pagamentos sejam feitos respeitando as condições previstas em cada um dos parcelamentos, o não cumprimento das obrigações previstas resulta em uma possível exclusão da Companhia e sua controlada indireta dos parcelamentos tributários os quais implicaria em uma exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas. A liquidação destes parcelamentos depende dos pagamentos a serem realizados nos próximos exercícios nos prazos pactuados, sendo assim, não podemos afirmar neste momento que o saldo líquido apresentado nas demonstrações contábeis será liquidado pelos totais divulgados. Em caso das obrigações assumidas com os órgãos federais, não sejam honradas, as dívidas poderão ser recompostas, acrescidas de juros e multa definidos na obrigação original. Desta forma a regularização da dívida tributária da companhia e sua controlada indireta dependerá das medidas que estão sendo desenvolvidas pelos seus Administradores, com intuito de aumentar a geração de caixa, de forma que os parcelamentos sejam honrados nos prazos pactuados e os demais passivos tributários em atraso conforme nota explicativa nº 13 que totalizam o montante de R\$ 464.807 mil apresentadas pela Companhia em conformidade com os demonstrativos disponibilizados pelos órgãos federais sejam incluídos em outros parcelamentos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2. Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas na nota explicativa nº 01 e para o fato de que a Companhia apresenta no período findo de três meses em 31 de março de 2022, prejuízo líquido consolidado de R\$ 6.434 mil e passivo a descoberto

consolidado (patrimônio líquido negativo) de R\$ 345.902 mil, possuindo também, endividamento tributário no montante de R\$ 35.514 mil e R\$ 464.807 mil, conforme descrito nas notas explicativas nº 13 e 14. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014 (Refis da Copa), Lei nº 11.491/2009 (Refis da Crise), Lei 13.496/17 (PERT), e parcelamentos ordinários na controlada indireta e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em dezembro de 2021 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantém junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos saldos anteriores

As demonstrações contábeis e informações trimestrais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e período de três meses findo em 31 de março de 2021, respectivamente, foram auditadas e revisadas por nós, as quais emitimos relatório dos auditores independentes datados de 16 de março de 2022 e 23 de junho de 2021, respectivamente, sem modificação de opinião e contendo parágrafo de Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e parágrafos de ênfase sobre Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamentos e Continuidade operacional para o período de três meses findo em 31 de março de 2021. Adicionalmente na opinião relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, continha como principais assuntos de auditoria “PAA” sobre os assuntos relacionados a (1) Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida, (2) Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamentos, (3) Obrigações tributárias não parceladas, e (4) Provisões e passivos contingentes – cíveis fiscais e trabalhistas.

Porto Alegre, 11 de maio de 2022.

Sergio Laurimar Fioravanti
Contador – CRCRS nº 48.601
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRCRS nº 006706/O
CVM 12.360
CNAIPJ 00023

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2022.

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2022.

Lajeado, 11de maio de 2022.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Fernando Ataíde Silva Jorge
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
DE 31 DE MARÇO DE 2022.

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de março de 2022.

Lajeado, 11 de maio de 2022.

Minupar Participações S.A.

Tiago Silveira do Pinho
Diretor Presidente

Fernando Ataíde Silva Jorge
Diretor de Relações com Investidores